

igualitarismo, sem o que a modernização continuará não se traduzindo em modernidade.

## Notas

- 1 Ver os balanços realizados por Antonio S. Guimarães, "Classes sociais", em Sergio Miceli [org.], *O que ler na ciência social brasileira*, São Paulo/Brasília, Anpocs/Sumaré/Capes, 1999, vol. 2, pp. 13-56, e Nelson do V. e Silva, "Mobilidade social", em Sergio Miceli [org.], *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo/Brasília, Anpocs/Sumaré/Capes, 1999, vol. 2, pp. 57-94.
- 2 Cf. Roberto Schwarz, "Nacional por subtração", em Schwarz, *Que horas são? Ensaio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- 3 Cf. Gabriel Cohn, "Florestan Fernandes: a revolução burguesa no Brasil", em L. D. Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, São Paulo, Senac, 1999, pp. 398-399.
- 4 Cf. Florestan Fernandes, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 173.

**André BOTELHO é professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/IFCS/UFRJ. Autor, entre outros, de *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil* (Topbooks, no prelo, em colaboração). E-mail: andrebotelho@digirotas.com.br.**

## *Vicissitudes de uma análise de survey à brasileira*

Alberto Carlos ALMEIDA. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2007. 277 páginas.

Fabrizio Mendes Fialbo

*A cabeça do brasileiro* já nasce com ares de *best seller*: imediatamente após seu lançamento, o livro foi tema de uma matéria de oito páginas na revista de maior circulação do país<sup>1</sup> e seu autor convidado para discuti-lo em um dos mais prestigiosos programas brasileiros de entrevistas.<sup>2</sup> Virtude para tal visibilidade não falta ao livro. Trata-se, talvez, de uma das primeiras tentativas de mapeamento das opiniões, dos costumes e das "visões de mundo" da população brasileira em sua totalidade. E, não bastasse ser uma das obras pioneiras neste sentido, pretende-se como das mais abrangentes, cobrindo uma série de tópicos ao longo de suas quase trezentas páginas. Tal tipo de pesquisa, bastante comum nos Estados Unidos há algumas décadas, ainda é rara no Brasil. E se espera que esta seja a primeira de diversas outras. Afinal, muito já se escreveu sobre o "caráter" do brasileiro, seus padrões de comportamento e opinião, mas pouco ainda foi investigado a respeito em pesquisas empíricas.

O empreendimento de Alberto Almeida é, nesse sentido, louvável. Utilizando-se de dados da Pesquisa Social Brasileira<sup>3</sup> realizada em 2002, o autor pretende realizar uma grande radiografia da forma como o brasileiro vê o mundo e as pessoas ao seu redor, de como entende a definição dos rumos de sua vida e soluciona situações de impasse, de como se relaciona com o mundo da política e da economia, valora e julga comportamentos, classifica indivíduos, entre diversas outras situações. Sua proposta consiste em uma tentativa de verificação empírica das teses de Roberto DaMatta sobre a sociedade brasileira e do que a torna tão peculiar. Nada mais apropriado e merecido, uma vez que DaMatta é autor de uma das obras mais originais e instigantes a respeito do Brasil, mas que ainda não tivera suas proposições testadas empiricamente em estudos com pretensões de

abrangência sobre toda a sociedade brasileira, seu tão caro objeto de estudo e reflexões.

Todavia, alguns aspectos ofuscam o brilho do livro. O autor pouco avança na interpretação de seus resultados. Almeida se restringe, em boa medida, a um trabalho puramente descritivo, em que tabelas e paráfrases das mesmas se sucedem, sem tentar avançar em maiores explicações dos resultados encontrados. Um exemplo: o autor afirma que indivíduos mais escolarizados, ao mesmo tempo em que afirmam recorrentemente “dar um jeitinho” em certas situações, são os que mais se dizem *contrários* a tal prática. Resultado contraditório? Não, se se atenta, por exemplo, para a discussão de Reis e Castro (2001): indivíduos mais escolarizados, que tendem a ser os mais sofisticados, são aqueles que mais lançam mão das “regras do jogo” a seu favor. Assim, quando se deparam com determinada situação, mobilizam o “jeitinho” como recurso disponível (e legitimado pelos costumes e hábitos brasileiros em determinadas circunstâncias) para a viabilização de uma ação, e conseguem justificar o porquê da utilização deste recurso. Porém, são também os mais propensos a vocalizar opinião contrária à utilização do “jeitinho” em uma entrevista – que é, ela mesma, uma interação social – e, dessa forma, a expressar adesão a valores *socialmente desejáveis*. Ou, ainda, poder-se-ia atentar para o debate sobre falsificação de preferências (cf. Kuran, 1998), segundo o qual, diante de certos constrangimentos externos (como a presença de um entrevistador, por exemplo), certas pessoas podem não vocalizar suas reais preferências (por serem socialmente indesejáveis ou malvistas) mas, sim, expressar aquelas socialmente bem-vistas. Considerando-se de tal possibilidade, seria possível conjecturar se, no Brasil, indivíduos mais escolarizados e/ou sofisticados seriam mais hábeis em identificar situações nas quais tal falsificação pode ser uma opção de ação adequada à situação e assim agir. São os mais escolarizados aqueles que defendem valores considerados mais “modernos” pelo autor (condenando a prática do “jeitinho”); mas os comportamentos que declaram contradizem tais valores. A interpretação de Almeida a partir de sua análise, de que o aumento da escolaridade, sobretudo a formação superior, conferiria ao Brasil padrões comportamentais e atitudinais mais “modernos”, sustentar-se-ia mes-

mo diante de tais proposições de Reis e Castro e de Kuran? Não sabemos, uma vez que o autor não arrisca qualquer interpretação nesta direção.

Outro exemplo da carência de mecanismos explicativos: em cada capítulo, Almeida apresenta cruzamentos entre a variável ou dimensão a ser explorada naquela parte do livro com diversas variáveis sociodemográficas, tais como renda, escolaridade, idade, região de residência do entrevistado, entre outros. Uma das dimensões que surge em alguns momentos do livro é a classificação dos entrevistados entre aqueles que compõem ou não a População Economicamente Ativa (PEA), e tal variável é cruzada com aquela a ser explicada. Para alguns resultados, o autor alega que participar ou não da PEA é fator relevante para distinção entre padrões de opiniões e resposta. Entretanto, ele não esboça *qualquer* explicação para esta relação entre variáveis. A relação é descrita pelo autor, mas não há qualquer pista indicando sua relevância. A tais carências interpretativas se soma certa confiança aos dados que analisa e aos resultados obtidos que pode parecer exagerada, sem problematizar ou discutir em momento algum as eventuais limitações dos dados levantados e de análise e interpretação. Raríssimas vezes o autor, antes de apresentar uma tabela, oferece ao leitor a hipótese que pretende averiguar com tais resultados. Pelo contrário, passa-se rapidamente à apresentação da tabela, apresentação esta precedida ou sucedida por afirmações do tipo “os dados são claros”, “os dados não deixam dúvidas”, “a PESB comprovou que”, “os resultados evidenciam”, “os dados mostram”, entre outras. Assim, tem-se a sensação de que pesquisas de *survey* retratam de modo absolutamente fidedigno a população sobre a qual pretende falar (sem sequer chamar atenção para as dificuldades envolvidas neste tipo de pesquisa, fartamente discutidas pela literatura a respeito, sobretudo de matriz estadunidense), além da impressão de que “os números falam por si”. Ora, é sabido que um dos nossos fundamentos metodológicos diz respeito à diferença entre correlação e causalidade: uma correlação indica tão-somente a associação entre duas variáveis. A causalidade é o que tal associação quer dizer (assim como a problematização de tal associação) é dada pela teoria que orienta a análise empreendida.

Uma dificuldade apresentada pelo livro no que respeita à análise dos dados é a falta de in-

formação auxiliar nas 111 tabelas apresentadas ao longo do texto. Nelas, encontramos os percentuais para cada opção de resposta e cruzamento realizado, mas tais resultados não são acompanhados pelo número de casos válidos incluídos na computação das percentagens, nem é apresentada qualquer medida de associação ou dependência estatística entre as variáveis cruzadas. Também não encontramos estimativas para inferências populacionais, necessárias para que o autor possa, com base em sua amostra, falar sobre toda a população brasileira. Evidentemente, não se faz o caso de assumir que todos os eventuais leitores do livro dominem técnicas de análise estatística. Todavia, aqueles que porventura portem algum conhecimento a respeito deveriam ser contemplados com informações que permitissem avaliar o processamento realizado pelo autor – juntamente com uma ou duas referências ou indicações de literatura para aquele leitor não-iniciado em estatística, mas que possa vir a ter curiosidade ou interesse sobre como o autor procedeu em sua análise, o que facilmente caberia em alguns poucos anexos ao final do livro. Isto tornaria a análise empreendida mais completa e permitiria ao leitor seguir os passos do autor na construção de seus resultados, em vez da afirmação – repetida diversas vezes ao longo do livro – de que as variáveis em questão “foram selecionadas depois de realizada uma análise estatística que permitiu identificar quais situações eram as que mais diferenciavam a população”, sem explicitar qual o critério empregado para tal, envolvendo os procedimentos analíticos em um véu de mistério sobre o que, afinal de contas, fora feito.

Outro aspecto metodológico para o qual cabe chamar atenção é a ausência de testes multivariados para verificação de relações entre variáveis. Diante de banco de dados tão rico, seria de se esperar o empreendimento de análises multivariadas para uma abordagem mais robusta dos dados em questão. Não se trata de uma rendição ao “fetichismo do tabelão”, ou da regressão, ou de qualquer outra técnica. Trata-se, simplesmente, de um recurso disponível que possibilita ao analista um maior apuramento dos resultados. Controlando simultaneamente suas relações por diversos outros fatores – talvez os mesmos apresentados de forma isolada pelo autor – seria possível, por exemplo, verificar se o grande efeito da educação sobre a

opinião a respeito dos temas abordados no livro se sustentaria. Ao controlar seu efeito por outras variáveis, como renda, residir nesta ou naquela macrorregião, residir ou não em capitais, por sexo, “raça” e mesmo pela opinião a respeito de outros assuntos, continuaria a educação sendo o grande arauto da “modernidade” brasileira (conceito este que, por si só, mereceria ao menos *alguma* discussão na obra, dada sua centralidade nas afirmações de Almeida)? Educação apresentaria efeito distinto para homens e mulheres, ou entre habitantes de diferentes regiões do país? O efeito geracional é o mesmo para residentes nas capitais quando comparados aos que vivem no interior dos estados? Esses são apenas alguns exemplos dos diversos tipos de análises passíveis de realização, que podem levar a uma caracterização ainda mais instigante da “cabeça dos brasileiros”, mas que dificilmente pode ser realizada pelos procedimentos aplicados por Almeida.

Um ponto no mínimo curioso do livro é a inexistência de uma seção de referências bibliográficas, bem como a existência de raríssimas, também quase inexistentes, referências e menções a outras obras no corpo do texto. Muito mais do que mera formalidade, tais referências são fundamentais ao leitor. Por intermédio delas é possível trilhar o caminho percorrido pelo autor na construção de sua pesquisa, mostrando seu “ponto de partida”, e julgar sua contribuição ao conhecimento previamente disponível. E mais: possibilita o julgamento, por parte dos leitores, da pertinência e, inclusive, da originalidade das contribuições feitas pela obra. Se referências são utilizadas para creditar a outros autores a elaboração e a proposição de idéias que não são nossas, mas das quais lançamos mão, a ausência delas pode dar a impressão de que se estaria “inventando a roda” da pesquisa social brasileira, por assim dizer. Àquele não familiarizado com a literatura sociológica pode, mesmo, soar como se o autor estivesse partindo de um ponto zero de conhecimento e elaborando todas as afirmações ali contidas. Ainda a este respeito, note-se que grande parte das (poucas) referências feitas no livro se encontra nos três capítulos dedicados ao tema racial – talvez os mais instigantes, por tocarem de forma no mínimo provocativa em tema tão saliente nas agendas social e sociológica brasileiras, em especial no que concerne às eventuais

recomendações do autor com relação à adoção e à implementação de políticas de cotas. Entretanto, com exceção, salvo engano, de menção à obra de Antonio Sérgio Guimarães (2004), Almeida abre mão de mobilizar e dialogar com a abundante literatura recente sobre relações raciais e, sobretudo, sobre políticas de ação afirmativa no Brasil.

Ponto caro a Almeida é o estabelecimento de comparações entre o Brasil e outras sociedades. Todavia, em livro tão rico em dados empíricos, são praticamente inexistentes tabelas (e mesmo referência a obras) que tragam dados de outras sociedades e países que permitam a comparação destes com o Brasil e, assim, examinar a pertinência ou não de características tomadas como típicas ou predominantemente brasileiras pelo autor. Dados de pesquisas atitudinais internacionais são, hoje, amplamente difundidos e disponíveis, permitindo tais comparações – ver, a título de ilustração, a extensa obra de Ronald Inglehart a este respeito (por exemplo, Inglehart, 1997). Para fazer justiça ao autor, é necessário lembrar que no capítulo 11, o último do livro, temos duas tabelas comparando Brasil e Estados Unidos. Nestas tabelas, compararam-se dados brasileiros de 2002 com estadunidenses de 1990. E só. É muito pouco para uma obra que, em diversos momentos, chama outras sociedades à comparação com o Brasil de forma a tentar ressaltar certa peculiaridade brasileira.

Um livro como este, rico em controvérsias e afirmações fortes, certamente será alvo de muitas contendas, como já antecipa Gláucio Soares na “orelha” do livro. Se, ao meu entender, esta obra poderia ser ainda mais rica com relação à análise de dados (seu principal suporte empírico) e à discussão teórica realizada, ainda assim se trata de livro que traz uma série de resultados polêmicos e que estimula o cientista social a replicar seus testes e análise para verificação e refinamento das hipóteses aventadas por Almeida. Sem dúvida, é uma obra com potencial para se tornar alvo de acaloradas discussões, tanto dentro como fora da academia.

- 2 Programa *Roda Viva*, exibido pela TV Cultura no dia 27 de agosto de 2007.
- 3 Os dados utilizados por Almeida são provenientes da Pesquisa Social Brasileira (PESB) realizada em 2002 pelo DataUFF. A amostra da pesquisa é composta por 2.364 casos, representativos da população brasileira adulta. As entrevistas foram realizadas entre os dias 7 de julho e 5 de setembro de 2002.

## BIBLIOGRAFIA

- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (2004), *Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. 2ed., São Paulo, Editora 34. [1ª edição publicada em 1998 pela Editora Novos Toques].
- INGLEHART, Ronald. (1997), *Modernization and postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton, Princeton University Press.
- KURAN, Timur. (1998), *Private truths, public lies: the social consequences of preference falsification*. Cambridge, Harvard University Press.
- REIS, Fábio Wanderley & CASTRO, Mônica Mata Machado de Castro. (2001), “Democracia, civismo e cinismo: um estudo empírico sobre normas e racionalidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 45: 25-46.

**FABRÍCIO MENDES FIALHO é aluno do programa de pós-graduação em Ciência Política da UFMG.  
E-mail: fabriciofialho@gmail.com.**

## Notas

- 1 Ver “Como pensam os brasileiros”, *Revista Veja*, de 22 de agosto de 2007, pp. 86-93.